



VIDA NOVA



# HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA

GERALD BRAY

# SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
Introdução: o propósito e o método deste livro .....	9
1 A Bíblia e sua interpretação: princípios e definições.....	15
<b>PRIMEIRA PARTE: Antes da crítica histórica</b> .....	<b>45</b>
2 Os primórdios da interpretação bíblica.....	47
3 A interpretação patrística .....	77
4 A interpretação medieval.....	129
5 O Renascimento e a Reforma.....	165
<b>SEGUNDA PARTE: O método histórico-crítico</b> .....	<b>221</b>
6 O início do método histórico-crítico .....	225
<b>O século 19 (1800-1918)</b> .....	<b>271</b>
7 O Antigo Testamento: de De Wette a Wellhausen .....	277
8 O Novo Testamento: de Schleiermacher a Schweitzer .....	323
<b>Meados do século 20 (1918-1975)</b> .....	<b>379</b>
9 A crítica do Antigo Testamento depois de Wellhausen .....	383
10 A crítica do Novo Testamento depois de Schweitzer .....	425
<b>TERCEIRA PARTE: O cenário contemporâneo</b> .....	<b>465</b>
11 Tendências acadêmicas na interpretação.....	471
12 Tendências sociais na interpretação .....	513
13 Tendências evangélicas na interpretação.....	545
Conclusão.....	591
<i>Bibliografia geral</i> .....	595
<i>Índice de passagens bíblicas</i> .....	599
<i>Índice remissivo</i> .....	607

## AGRADECIMENTOS

Escrever um livro deste tipo exige uma quantidade enorme de dados de pesquisa, grande parte dos quais felizmente está disponível na biblioteca da Tyndale House, em Cambridge, onde a parte principal do manuscrito foi concluída no outono de 1992. Devo agradecimentos especiais ao diretor da Tyndale House, o rev. dr. Bruce Winter, e ao bibliotecário de então, o dr. Andrew Clarke, que me prestou todo o auxílio para escrever. Também devo inúmeros agradecimentos a uma multidão de leitores que forneceram dados adicionais e correções valiosas. Em primeiro lugar, preciso mencionar o dr. Graham Davies, de Cambridge, que se interessou pelo projeto desde o início e me encorajou durante os anos em que lecionei sobre o assunto na Oak Hill College em Londres, e o dr. Hugh Williamson, professor emérito de hebraico na Universidade de Oxford, que me prestou grande ajuda com o material do Antigo Testamento. Devo um agradecimento semelhante ao professor I. Howard Marshall, de Aberdeen. Também sou grato a David Wright, da New College, em Edimburgo, e a Mark Elliott, do Whitefield Institute, de Oxford, pelo auxílio prestado em muitos pontos. Tanto o dr. Martin Selman, da Spurgeon's College, de Londres, como o dr. Bruce Winter, da Tyndale House, de Cambridge, leram o capítulo 13 sobre a interpretação evangélica e deram muitas sugestões úteis para melhorá-lo.

Em relação aos estágios finais da obra, devo gratidão especial aos bibliotecários da Samford University, em Birmingham, no estado norte-americano do Alabama, que diligentemente pesquisaram uma enorme quantidade de informações bibliográficas e outras, e também a meus colegas na Beeson Divinity School, dr. Frank Thielman e o dr. Kenneth Mathews, que leram partes do manuscrito com grande cuidado e sugeriram uma série de alterações que prontamente inseri no texto. Por fim, devo um agradecimento especial a mais um colega e amigo, o dr. Christopher Metress, cuja rara combinação de gênio literário e paciência de Jó para ler o último rascunho permitiu que eu oferecesse um livro apresentável a leitores dos dois lados do Atlântico. *Pax tibi, Christum ferens amice* [Paz seja contigo, amigo cristão].

# INTRODUÇÃO: O PROPÓSITO E O MÉTODO DESTES LIVROS

Os últimos anos do século 20 assistiram a uma explosão de livros sobre a Bíblia e sobre os modos de interpretá-la. O estudo da hermenêutica, como é chamada a interpretação bíblica, tornou-se uma importante atividade em rápido crescimento, bem distante do fluxo interminável de comentários e estudos eruditos que continuam sendo publicados. Mas embora hoje exista uma grande quantidade de material disponível, boa parte dele é inacessível para não especialistas e confusa para os alunos. Uma alta porcentagem do trabalho acadêmico atualmente em produção tem pouca relação com a vida da igreja e está longe dos interesses do cristão comum. Em uma época em que os fiéis querem ouvir uma palavra clara de Deus, os acadêmicos parecem estar confundindo questões e turvando as águas do estudo bíblico a ponto de até mesmo teólogos profissionais acharem difícil compreender o que os acadêmicos estão dizendo.

Publicações recentes também indicam que cada vez mais estudiosos estão impondo ao texto bíblico pautas relativamente bem definidas, procurando extrair dele as ideias que, na verdade, lhe estão sendo impostas. Ignoram-se séculos de tradição cristã, a não ser que seja possível usá-la para defender o que normalmente seria uma opinião radicalmente nova, e há pouco interesse em encontrar uma estrutura hermenêutica geral para nela situar as últimas descobertas da crítica acadêmica. Novos métodos de interpretação do texto estão sendo constantemente explorados, mas sem que se mostre muito interesse em sua viabilidade duradoura como princípios para guiar a interpretação. Enquanto isso, a pregação e o ensino dirigidos à igreja recebem cada vez menos influência do mundo da erudição bíblica. Demasiadas vezes o resultado é um cristianismo fraco e baseado em emoções, com pouco conteúdo intelectual e nenhum poder duradouro.

Em meio a essa confusão, a igreja precisa refletir novamente sobre todo o processo de interpretação bíblica, principalmente sobre o modo como ele moldou as doutrinas e a vida cristã ao longo dos séculos. Em uma área tão central para a fé cristã quanto essa, é impossível ser completamente objetivo. A imensidão de dados exige seletividade, e esta, por sua vez, demanda um princípio racional que possa justificar escolhas específicas. A principal diretriz para este livro foi a convicção

de que a Bíblia cristã pertence à igreja, que, por excelência, é o lugar em que ela é lida e usada. Obviamente é possível lê-la fora dessa esfera, e cristãos precisam estar prontos para ouvir intérpretes que não compartilham de suas pressuposições. Mas a verdade é que a Bíblia não ocuparia o lugar que ocupa na cultura ocidental se não fosse o texto sagrado do cristianismo, e nenhum historiador secular ou crítico literário pode ignorar esse fato. Nada moldou a vida da igreja tanto quanto a Bíblia, e os cristãos de hoje são produtos da história de sua interpretação. Fora da comunidade da fé, a Bíblia perde sua natureza essencial e, portanto, também fica destituída de grande parte de seu significado. Simplesmente por essa razão, é nesse contexto que escolhemos situar o presente estudo.

## O conteúdo do livro

A estrutura deste livro é direta e pode ser facilmente explicada. O primeiro capítulo lida com os conceitos básicos na interpretação bíblica, que permanecem constantes em todas as épocas e em todas as situações hermenêuticas. Nesse capítulo estão incluídas questões como a revelação divina, a natureza do cânon, a relação do texto escrito com a vida da igreja cristã (ou das igrejas cristãs) e as tensões permanentes que surgem sempre que se tenta fazer uma exposição bíblica.

O restante do livro se divide em três partes. A primeira delas abrange o período que vai da Antiguidade até o início dos estudos bíblicos críticos. Ela se subdivide em quatro capítulos, dos quais o primeiro (cap. 2) lida com os métodos hermenêuticos praticados nos tempos bíblicos. Esse é um assunto importante sobre o qual se escreveu muito em anos recentes, assunto que nos ajuda a compreender como os autores do Novo Testamento compreendiam a si mesmos e como enxergavam sua tarefa. No entanto, também é um assunto complexo, visto que é fácil depender de teorias modernas que ditam o que autores antigos pensavam e ignorar as afirmações deles mesmos. Na análise desse período, a exigência fundamental para o aluno de hoje é aprender a distinguir um fato histórico de uma hipótese atual, atribuindo a cada um a importância adequada.

O capítulo 3 trata do período da Patrística, que para nossos propósitos se estende do fim do Novo Testamento (c. 100 d.C.) até a época de Gregório, o Grande (m. 604). Essa foi a grande época de definições teológicas, que dependeu fortemente da exegese bíblica. Foi nas controvérsias dessa época que se estabeleceram detalhadamente as doutrinas cristãs definitivas da Trindade e da encarnação de Cristo. Visto que estudiosos contemporâneos têm muitas vezes questionado a afirmação da igreja de que essas doutrinas se baseiam na Bíblia, é

essencial que compreendamos como as Escrituras eram interpretadas na defesa desses ensinamentos centrais.

O capítulo 4 abrange a Idade Média da época de Gregório, o Grande, até a de Erasmo. Esse período muitas vezes é negligenciado, sobretudo por historiadores protestantes, que tendem a vê-lo como uma época de deterioração cada vez maior, atenuada apenas na época da Reforma. No entanto, muitas das instituições mais importantes de nossa sociedade amadureceram durante esses dias — o domínio da lei, o Parlamento e as universidades, por exemplo —, e a estrutura da igreja foi permanentemente moldada pelo sistema paroquial, pela estrutura diocesana e pelo espírito monástico que permearam a vida eclesiástica medieval. Não se trata de os reformadores terem simplesmente rejeitado a interpretação bíblica que herdaram; seu objetivo era depurá-la e sistematizá-la. Como a pesquisa moderna está demonstrando com clareza cada vez maior, Lutero e Calvino seguiram certas tendências do pensamento medieval, e em diversos aspectos é melhor compreendê-los como herdeiros, em vez de oponentes, dessa tradição anterior.

O capítulo 5 examina o impacto do humanismo renascentista e da Reforma na exegese bíblica. Pela primeira vez, realizou-se uma tentativa séria de sistematizar a doutrina cristã sobre um fundamento exclusivamente bíblico. A Bíblia passou a ocupar um lugar muito mais central na vida do cristão comum e sua interpretação se tornou uma questão de grande importância social e política. Os princípios que os reformadores haviam estabelecido moldaram tradições de exposição que continuam guiando as principais igrejas protestantes e que tiveram muito mais impacto no catolicismo romano do que geralmente se reconhece. Além disso, foi da exegese da Reforma, e muitas vezes em uma relação explícita com ela, que nasceu o estudo crítico moderno, de modo que esse período é de importância fundamental para desenvolvimentos posteriores.

A segunda parte abrange o surgimento da moderna interpretação crítica da Bíblia, começando no final do século 17. O capítulo 6 analisa por que e como a crítica histórica derivou de discussões do final da Reforma e examina as principais linhas que os primeiros críticos modernos exploraram na busca de uma compreensão mais verdadeira das Escrituras. Eles não somente estabeleceram a pauta para os estudiosos que viriam depois; também provocaram uma reação às suas teorias que definiu o modo como se conduziu o debate subsequente entre “liberais” e “conservadores”.

Os capítulos 7 e 8 tratam do século 19. Pela primeira vez na história cristã, a especialização atingiu um ponto em que os estudos dos Testamentos foram separados, o que fez com que muitos estudiosos questionassem se era possível

estudar adequadamente o Antigo Testamento como Escritura cristã. Um avanço rápido e difuso na filologia e depois na arqueologia serviu para arrefecer as fantasias mais extravagantes de alguns críticos anteriores, mas estava claro que havia surgido um novo tipo de interpretação bíblica que se apresentava como puramente “científico” e que haviam sido lançados os alicerces das principais hipóteses críticas que hoje conhecemos.

Os capítulos 9 e 10 continuam contando a história de cada Testamento nas pesquisas do século 20, que se caracterizaram sobretudo por uma explosão de informações que ameaça fazer submergir a disciplina por completo. Em decorrência dessa explosão, houve uma fragmentação em que a atenção de estudiosos a detalhes está fazendo com que seja cada vez mais difícil alcançar algum tipo de consenso ou construir uma síntese de dados que desfrute de aceitação geral. A erudição contemporânea viu-se na estranha condição de precisar afirmar que a Bíblia tem unidade suficiente para justificar a disciplina de “estudos bíblicos”; no entanto, ao mesmo tempo, ela é tão diversa que sempre há lugar para mais uma tese de doutorado que poderá causar reviravoltas nas opiniões correntes! Cada vez mais se questiona se essa tensão é viável a longo prazo, e muitos agora acreditam que o método histórico-crítico de interpretação dos séculos 18 e 19 se esgotou e não pode mais oferecer soluções criativas para problemas hermenêuticos.

A terceira parte analisa tendências atuais na interpretação bíblica que tentam oferecer alternativas à escola dominante da crítica histórica. A primeira delas (analisada no cap. 11) vem do próprio mundo acadêmico e afirma a necessidade de uma nova hermenêutica que viabilize a compreensão do texto bíblico. Essa nova hermenêutica se fundamenta em categorias literárias e filosóficas, muitas das quais são obscuras para o principiante. No entanto, não pode haver nenhuma dúvida de que a “hermenêutica” está hoje amplamente identificada com esse tipo de pensamento, e a igreja está se vendo cada vez mais desafiada a examinar até que ponto pode absorver as percepções dos métodos que essa escola de pensamento adotou.

A segunda dessas alternativas (assunto do cap. 12) resulta do ministério pastoral e evangelístico da igreja dirigido aos que estão às margens da sociedade próspera no Ocidente. Por causa disso, a “opressão” experimentada pelos pobres, por grupos minoritários e por povos indígenas em todo o mundo passou a desempenhar um papel proeminente na interpretação bíblica. Alguns afirmam que essa realidade de opressão exige uma abordagem radicalmente nova das Escrituras, que, no entanto, está mais em sintonia com seu contexto e propósito originais e não tanto com a exposição marcada por características acadêmicas do mundo universitário ocidental.

A terceira alternativa (cap. 13) é proposta por grupos conservadores na igreja, liderados por evangélicos protestantes, cujo interesse na Bíblia é regido por sua autoridade e suficiência como fonte do ensino cristão e pela fé da Reforma. Os evangélicos continuam crendo que a Bíblia precisa ser seu próprio intérprete e que ela deve estabelecer a pauta de discussões na igreja. Eles podem até aceitar que percepções válidas sejam derivadas de outros métodos e disciplinas, e podem ser sensíveis às queixas de grupos que sentem que seus interesses foram marginalizados no passado, mas de modo geral não permitem que essas considerações se tornem a motivação dominante no estudo da Bíblia.

O último capítulo analisa se esses debates atuais vão resultar na predominância de alguma dessas três alternativas ou se produzirão um “livre mercado” nos estudos bíblicos, em que se permita um pluralismo genuíno. Ali, resumiremos a situação presente e tentaremos sugerir modos de desenvolver a interpretação das Escrituras em um futuro previsível.

Como podemos observar, a abordagem do assunto é basicamente cronológica. De modo geral, exegetas e intérpretes são listados na ordem de sua data de falecimento (quando conhecida), embora haja algumas exceções nos casos em que a morte muito prematura (ou bem tardia) justifica uma ordem diferente. Pessoas que estavam vivas na época em que o livro foi impresso normalmente são listadas segundo a data de nascimento.

Também há uma ou duas exceções principais a essa regra que exigem uma explicação. Filo de Alexandria, por exemplo, é incluído com os pais da igreja do período de Orígenes (c. 200-325 d.C.), porque embora tenha sido um judeu que viveu na época de Jesus, seus escritos sempre estiveram às margens do judaísmo, mas foram muito influentes entre cristãos do final do segundo século em diante. Considerações semelhantes causaram o deslocamento de João Cassiano, monge do quarto século que influenciou principalmente a Idade Média.

## O formato de cada parte e capítulo

Cada parte traz uma breve introdução que apresenta um resumo do conteúdo e a razão da sua importância para o assunto como um todo.

Cada capítulo em cada uma das três partes contém várias subseções organizadas de modo tal que forneçam o máximo de auxílio ao leitor, pois este precisa compreender as questões do modo mais rápido e claro possível. A primeira subseção traz um esboço do período ou assunto, fornecendo os principais fatos que o leitor deve ter em mente ao examinar o aspecto da interpretação bíblica



em questão. A isso se segue um breve resumo da vida dos principais autores e de suas obras mais importantes, seguido por uma seção que trata das principais questões críticas, doutrinárias e hermenêuticas que precisam ser compreendidas naquele capítulo. Depois disso, são analisados os principais métodos hermenêuticos relevantes para o período, com exemplos extraídos dos textos bíblicos, seguidos de ilustrações das interpretações rivais.

Por último, no final de cada capítulo há um exame individualizado de livros ou passagens bíblicas que desempenharam um papel decisivo nos estudos bíblicos do período em questão. Em diferentes momentos na história, e em distintas escolas de interpretação, partes específicas das Escrituras receberam proeminência especial, e isso coloriu o modo como a Bíblia tem sido lida. Em alguns casos, foram produzidas interpretações “clássicas” que sobreviveram ao teste do tempo, mesmo que hoje muitas vezes sirvam de tiro ao alvo para estudiosos. No entanto, muitas vezes é na análise desses textos-chave que podemos chegar a uma compreensão mais profunda das tendências que moldaram o uso da Bíblia pela igreja e que continuam nos instruindo e desafiando ainda hoje.

## Nota sobre a bibliografia

Dada a enorme quantidade de material disponível, é impossível listar mais do que uma seleção representativa de obras. Livros que tratam do assunto da interpretação como um todo aparecem na “Bibliografia geral”, no fim deste volume; aqueles de interesse mais especializado estão em destaque no fim da subseção ou do capítulo.

Citações no texto principal são extraídas de livros listados nas bibliografias dos capítulos. Visto que o principal objetivo delas é fornecer uma prévia das ideias e abordagens do assunto segundo aquele autor, elas não aparecem em notas de rodapé precisas, mas é possível encontrar a maioria delas no início ou final da obra em destaque. Observações sobre versículos específicos das Escrituras normalmente estão na parte correspondente ao comentário citado.

## Mais duas observações

Termos e nomes mais importantes são indicados em **negrito** na abertura de parágrafos e em **VERSALETE** no corpo do parágrafo. A abreviação “fl.” (do latim *floruit*, “floresceu”), que aparecerá a preceder datas, denota o período em que uma pessoa, escola ou movimento esteve em atividade ou florescendo.

## A BÍBLIA E SUA INTERPRETAÇÃO: PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES

### O conceito de revelação

A tradição religiosa judeu-cristã, que até certo ponto inclui o islamismo, distingue-se das grandes religiões da humanidade por duas características fundamentais. Em primeiro lugar, ela é monoteísta e crê haver um único Deus, criador de todo o universo e soberano sobre toda a ordem criada. Em segundo lugar, ela é bíblica e crê que esse Deus revelou a si mesmo e seus propósitos em um texto escrito que pode ser lido, estudado e aplicado por aqueles que creem nele [em Deus]. Para os cristãos, ter a Bíblia é um hábito tão arraigado, que nem sempre percebem que na Antiguidade a afirmação de possuir uma revelação divina em forma escrita era única e peculiar a Israel, e até mesmo hoje é encontrada somente nas religiões que de certo modo são influenciadas pela experiência israelita.

A doutrina cristã de Deus afirma que os cristãos têm uma experiência pessoal viva com ele. Quem viabiliza esse relacionamento é Jesus Cristo, o Filho de Deus, que se fez homem a fim de morrer na cruz por nossos pecados. Por meio de sua ressurreição, ele venceu o poder do pecado e da morte e legou a seus seguidores uma herança de vida eterna. Essa realidade é experimentada por meio da presença interior do Espírito Santo, a terceira pessoa da Trindade sagrada, que vem habitar em nosso coração e dá testemunho de que fomos adotados como filhos de Deus, concedendo-nos força para clamar em oração “Aba, Pai”, segundo as palavras de Jesus (cf. Gl 4.6). A fé cristã, portanto, não é fundamentalmente uma doutrina intelectual ou acadêmica, mas uma experiência viva de Deus, indispensável e à disposição de qualquer pessoa, independentemente de habilidades intelectuais ou realizações acadêmicas.

Nesse sentido, é correto dizer que a fé cristã é essencialmente uma comunhão mística do indivíduo com Deus, que fala a nosso coração por seu

Espírito. Esse testemunho interior do Espírito Santo é fundamental em todo o cristianismo verdadeiro, mas não lhe é exclusivo. Precisamos reconhecer que o misticismo às vezes adquiriu uma reputação negativa graças à tendência de enfatizar a experiência individual, até mesmo a ponto de criar uma elite espiritual na igreja, em detrimento de fatores objetivos e coletivos (ou “corporativos”) igualmente importantes. Esses fatores estão presentes no texto das Escrituras e na vida comum da igreja, que procura integrar o indivíduo a um todo maior que transcende até os limites impostos por tempo e espaço. Como cristãos, nunca devemos negar que Deus fala com indivíduos, mas o que ele diz está em harmonia com o que já disse para a igreja como um todo. Os indivíduos por meio de quem essa revelação foi concedida foram especialmente escolhidos e tinham uma autoridade que não pode ser reivindicada por nenhum cristão hoje. Além disso, eles atuavam dentro de uma tradição com sua própria experiência colegiada, de modo que suas palavras faziam parte de uma mensagem maior e mais objetiva.

Cada cristão, portanto, precisa testar sua experiência à luz do testemunho comum e se submeter a essa autoridade. Fomos advertidos da presença de forças espirituais que operam tentando distorcer a verdade, de modo que seremos preservados do erro somente se reformarmos nossas opiniões segundo o testemunho coletivo. A existência desse testemunho, assim, torna-se uma questão de importância suprema para a saúde espiritual de cristãos e da comunidade à qual pertencem. No Israel antigo, o que fornecia esse testemunho era uma sucessão de profetas, sacerdotes e reis a quem Deus confiava sua revelação. Esse processo atingiu o ápice na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, o grande e último profeta, sacerdote e rei. O seu legado é uma compilação de documentos que chamamos de Bíblia (com o sentido de “livro”) ou Escrituras (com o sentido de “escritos”).

A escrita como principal meio de revelação divina foi aceita ao menos já na época de Moisés, quando somos informados de que ele recebeu os Dez Mandamentos em tábuas de pedra, gravadas pelo próprio dedo de Deus (Êx 31.18). Há evidências que sugerem que grande parte dos dados em Gênesis se baseava em fontes escritas anteriores, mas a escrita não desfrutava do caráter sagrado que iria adquirir no monte Sinai. Esse caráter fica bem evidente no Novo Testamento, em que Jesus muitas vezes se refere às Escrituras (“está escrito”) como Palavra de Deus imbuída de autoridade e chega a usá-la para confrontar o Diabo (Mt 4.3ss.). Por certo, o fato de que um texto pode funcionar desse modo na batalha espiritual constitui prova suficiente do caráter especial que se atribuía a ele.

O melhor modo de compreender a lógica e as limitações de uma revelação escrita é tomar o relacionamento pessoal com Deus como nosso ponto de partida. Relacionamentos pessoais têm o caráter singular de ser plenamente compreensíveis e profundamente misteriosos ao mesmo tempo. Encontramos novas pessoas, passamos a conhecer como elas são e talvez até cheguemos a prever suas reações a determinadas situações, mas ao mesmo tempo elas sempre podem nos surpreender, e nunca afirmariamos conhecê-las exaustivamente — nem a nós mesmos. Além disso, aprendemos rapidamente a submeter nossa avaliação de outras pessoas ao que elas mesmas nos dizem — não de modo inquestionável, é óbvio, mas o suficiente para permitir que falem por si mesmas e para que possamos compartilhar parte de seu processo mental e de suas perspectivas. Se não o fizermos, o relacionamento logo desmoronará, porque não haverá comunicação entre nós. A autorrevelação, em outras palavras, desempenha um papel vital em nossos relacionamentos pessoais, e o único modo de realmente descobrir sua credibilidade é testá-la na experiência cotidiana.

O que se aplica aos relacionamentos pessoais entre seres humanos também se aplica a nosso relacionamento com Deus, com a diferença de que ele nos compreende, bem como a si mesmo, de um modo impossível às suas criaturas. O que ele nos conta sobre si mesmo não é exaustivo — e há muito sobre ele que permanece oculto aos nossos olhos —, mas é correto e, portanto, “verdadeiro” no âmbito do relacionamento. É necessário acrescentar essa última qualificação, visto que muitas coisas que um cristão pode dizer sobre Deus podem não ser verdadeiras para outra pessoa. Por exemplo, Deus pode ser “misericordioso” para conosco, porque prometeu cuidar de nós, seus filhos, mas pode não ser misericordioso do mesmo modo para com aqueles que o rejeitam. Essa distinção é importante, pois, sem o contexto relacional, é possível concluir que Deus é misericordioso por natureza e, portanto, mostrará a todos sua misericórdia independentemente de serem nele.

Fundamental para qualquer relacionamento pessoal é a comunicação, e a forma mais básica de comunicação é a fala [discurso, comunicação verbal]. A comunicação não verbal também é possível e com frequência muito importante, mas é notável o número de vezes em que é descrita como forma de “linguagem” — a “linguagem corporal” é o exemplo mais conhecido. A fala também é comum em todos os tipos de relacionamento — com pais, cônjuge, filhos, amigos e outros. Portanto, faz pleno sentido que ela desempenhe o papel principal em nosso relacionamento com Deus. De acordo com a Bíblia, Deus criou o mundo falando, e o mesmo verbo é usado para descrever o envio de seu Filho (Hb 1.2).

Não por acaso sua revelação é vista como sua Palavra; não por acaso também essa Palavra é identificada com o próprio Deus (Jo 1.1).

Mas um relacionamento também é uma comunicação de duas vias, o que implica que a fala de Deus faz parte de um discurso inteligível com seres humanos. Para que isso seja possível, os seres humanos precisam compreender com suficiente clareza o que Deus está dizendo para então oferecer uma resposta coerente. Isso, por sua vez, significa que Deus precisa falar conosco de um modo que acima de tudo viabilize a compreensão. Se Deus e os seres humanos não pudessem se comunicar, a revelação seria impossível e a fé cristã não faria sentido. Muitas objeções ao cristianismo se baseiam na ideia de que a linguagem sobre Deus é sem sentido, porque Deus não é um conceito que a mente humana possa compreender. Obviamente, é verdade que a natureza de Deus é bem distinta da nossa, mas não é com base nisso que alegamos ter um relacionamento com ele. Nosso relacionamento com Deus está fundamentado na pessoalidade compartilhada, que é uma categoria espiritual e não material. A Bíblia nos diz que os seres humanos, exclusivamente eles na criação material, são feitos à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26), o que significa que nós na verdade temos algo em comum com ele. A fala é o meio mais eficiente de comunicação entre as pessoas, e foi assim que Deus escolheu se revelar a nós.

A escrita é uma forma específica de fala, que tanto amplia quanto restringe o meio fundamental de comunicação de Deus conosco. A escrita amplia a fala porque é uma evolução de um modo de comunicação para outro e permanece sem alteração no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, ela também restringe a fala, visto que, se algo está escrito, adquire uma permanência que faz com que seja difícil mudá-lo ou negá-lo. É verdade que a escrita está sujeita a muitos dos mesmos problemas que a palavra oral; ela pode ser corrompida; pode ser ambígua; pode ser mal interpretada. A ausência de inflexão de voz e linguagem corporal pode reduzir ou distorcer seriamente a compreensão. Mas esses problemas, talvez com a exceção do último, são, em princípio, corrigíveis, desde que adotadas as habilidades de interpretação corretas, e as muitas vantagens da comunicação escrita certamente são bem maiores do que essas dificuldades.

A escrita permanece a mesma, não importa aonde seja enviada nem quanto tempo dure. Pode haver compreensões equivocadas em virtude das diferenças linguísticas e culturais, mas normalmente é possível superá-las. A escrita também está menos suscetível a distorções por intérpretes que podem ouvir coisas de um modo não pretendido originalmente. Um relato oral não pode ser facilmente conferido, mas um documento escrito pode ser verificado por

diversas testemunhas, e é possível divulgar e discutir divergências a respeito da interpretação. A escrita, além disso, assegura que a mesma mensagem seja comunicada a todos. Nem todos os que a recebem necessariamente a compreenderão igualmente bem, mas essa já é outra questão. A escrita mantém o princípio da igualdade de maneira mais eficaz do que a comunicação oral, e isso inclui o princípio da imparcialidade. Todos temos a oportunidade de ler e compreender o que está sendo dito, e se um grupo de elite (como alguns clérigos medievais ou alguns estudiosos modernos) tentar privatizar o significado de um texto por interesses próprios, a comunidade mais ampla pode protestar. Isso evidentemente *não* é verdadeiro com respeito a revelação puramente falada ou “oracular”, altamente sujeita a ser manipulada por aqueles encarregados dela.

O caráter público de uma revelação escrita também significa que ela pode ser usada para constituir a base de uma comunidade de cristãos que está tanto aberta a uma expressão individual quanto comprometida com um testemunho comum. Indivíduos sempre podem ler e interpretar uma revelação escrita de seu próprio modo, e isso é o que de fato acontece na vida das igrejas. Não há duas pessoas que vejam as coisas exatamente do mesmo modo, e, em épocas distintas, pessoas dotadas com percepções especiais contribuíram para o desenvolvimento de uma tradição de interpretação que está disponível como recurso para a igreja como um todo. Ao mesmo tempo, há um ponto de referência central que estabelece limites para os tipos de reflexão e experiência espirituais possíveis. Por exemplo, as Escrituras claramente excluem qualquer sugestão de que cristãos possam derivar algum benefício espiritual da adoração de ídolos, e isso serve para neutralizar tendências sincréticas que, de outro modo, poderiam surgir. Isso também serve de lembrete para cada geração de intérpretes de que, depois que suas teorias tiverem aparecido e desaparecido, o próprio texto continuará intacto, pronto para falar à geração seguinte com a mesma novidade com que falou no passado.

Uma revelação escrita, desse modo, serve à dupla finalidade de fornecer aos membros da comunidade de cristãos um foco comum e de excluir elementos que não pertencem à comunidade. Ao estabelecer normas que devem ser aceitas, uma revelação escrita define o caráter do Deus a quem adoramos e fecha a porta para qualquer coisa incompatível com isso. Essa dupla finalidade é uma das marcas distintivas fundamentais de qualquer religião baseada em escrituras, e o cristianismo não é exceção a essa regra. A igreja ensina que sua revelação escrita estabelece o equilíbrio entre a experiência individual e a confissão comum que é a marca registrada especial do relacionamento do cristão com Deus.

## O passado e o presente da interpretação bíblica numa obra singular!

Gerald Bray inicia a obra com os conceitos básicos da interpretação bíblica que se mantiveram constantes na igreja ao longo das diferentes eras: *revelação divina, natureza do cânon, relação do texto bíblico com a vida das igrejas cristãs e tensões permanentes próprias da interpretação bíblica*. Nas três seções seguintes, a primeira examina o período que vai da igreja antiga à Reforma, a qual marca o início da moderna interpretação histórico-crítica; a segunda trata do desenvolvimento dessa interpretação histórico-crítica moderna desde o fim do século 17 até o 20; e a terceira examina as tendências atuais na interpretação bíblica que procuram oferecer alternativas à escola da crítica histórica, a qual domina o cenário atual.

Cada seção está dividida em capítulos que concentram a atenção em períodos ou escolas de interpretação e são divididos da seguinte forma:

- ◆ introdução ao período ou escola de interpretação;
- ◆ breve “Quem é quem” dos mais importantes intérpretes e respectivas obras;
- ◆ introdução às principais questões críticas, doutrinárias e hermenêuticas;
- ◆ abordagem e ilustração dos principais métodos de interpretação com exemplos de textos bíblicos;
- ◆ análise de um livro ou trecho bíblico específico que exerceu um papel fundamental nos estudos.

Essas características valiosas da obra permitem que o leitor tenha uma rápida visão das questões, dos métodos e dos intérpretes de cada período, podendo assim observar como as questões clássicas e as perguntas mais importantes definiram a forma de a igreja utilizar as Escrituras nos diferentes contextos históricos.